

4

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: considerações da perspectiva discente*

*Tatiane Agostinbo Martins
Gracielle Feitosa de Loiola*

Introdução – “uma flor que brota do asfalto” – resistências possíveis em tempos de ere

A pós-graduação no Brasil passa por um processo de mercantilização que ganha particularidades em um contexto de crise pandêmica, política e econômica. São inúmeros os desafios postos aos estudantes brasileiros em meio ao cenário caótico da pandemia do COVID-19 e dos reiterados ataques à educação brasileira.

O contexto atual agrava o ataque ao ensino superior, em particular às áreas de ciências humanas e sociais, criando metas inatingíveis para descredenciar os programas, estimulando a competição entre as Unidades de Formação Acadêmicas - UFAS, coerente com a lógica empresarial e mercantil, com rebatimentos no processo de formação, adoecimento e permanência na pós-graduação no Brasil. Nesse cenário, para os/as discentes de pós-graduação agrega-se a luta pela defesa da ciência, em franco desmonte e desfinanciamento nos últimos anos.

A pós-graduação é um espaço de desafios no nosso país. Fazer pesquisa, principalmente nas humanidades, é uma batalha cotidiana. O cenário da pandemia escancarou os limites da sociabilidade capitalista e além dos desafios já postos nos fez enfrentar questões que até então não tínhamos sequer imaginado viver. As/Os discentes vivem cotidianamente os ataques diários à educação, os cortes de bolsas, a lógica tecnicista, mercadológica e produtivista que tem permeado a educação, e agora os desafios postos com o Ensino Remoto Emergencial - ERE.

O perfil do/a discente de pós-graduação, observado através do Relatório da Pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social, realizado na gestão 2017-2018 da ABEPSS “Quem é de luta, Resiste”, pela representação discente de pós-graduação, aponta questões de fundo

*DOI – 10.29388/978-65-81417-32-1-0-f.83-96

para pensarmos o ensino remoto na pós-graduação em nossa área. É um grupo relativamente jovem, sendo que 84% têm entre 20 e 40 anos. Majoritariamente feminino, 83% dos estudantes e 28% das/os discentes têm filho(s). Conciliar trabalho com a pós-graduação é a realidade de 69% das/os estudantes.

Ademais deste perfil básico a pesquisa também apontou para temáticas que precisam permear a formação em Serviço Social e que se reflete no perfil dos seus discentes de graduação. Quanto à raça/cor 52,9% dos/as discentes se declararam pretos ou pardos, reiterando a necessidade de uma formação anti-racista e da necessidade de se considerar a discussão racial em todas as linhas de estudo na pós-graduação. A diversidade de cultos também é evidenciada pelo perfil, com dezesseis diferentes manifestações religiosas, o que aponta para a necessidade de consideração da diversidade cultural dos/as discentes.

Além de abordar dados socioeconômicos, o perfil ainda aponta importantes considerações sobre saúde mental e assédio moral. Segundo a pesquisa:

[...] 86,7% das(os) participantes declararam ter tido sintomas de ansiedade durante a pós-graduação, seguido por 66,5% das respostas declarando desânimo e falta de vontade de fazer as atividades. Vale destacar ainda que 11,4% das(os) participantes, ou seja, aproximadamente 61 discentes declararam ter tido pensamentos suicidas durante a pós. (ABEPSS, 2018,p.41)

Tais dados, alarmantes por si só, foram reiterados e apresentaram possíveis agravamentos no cenário da pandemia do coronavírus e do Ensino Remoto Emergencial - ERE.

Somente esses dados já indicam, por exemplo, a necessidade de considerar a realidade da mulher, trabalhadora, estudante, historicamente responsável pelos cuidados da família, tendo que dividir espaço e atenção domésticos com o trabalho e a pesquisa. É uma disputa desleal para todos.

Nesta perspectiva foi conduzido pela representação discente nacional da ABEPSS (Gestão 2019-2020), com o apoio das representações discentes nas regionais, um levantamento entre os/as discentes de pós-graduação da área de Serviço Social no Brasil, realizado em agosto de 2020, com o objetivo de conhecer como vinha se dando a realidade do ensino remoto emergencial a partir da perspectiva do/a discente.

Nesse levantamento aparece de forma frequente as dificuldades de acesso material - as tecnologias (acesso à internet, equipamentos, espaço físico e computadores que precisam ser divididos com outros membros moradores da casa). Atrélada às condições de moradia, gênero, perfil de estudante-trabalhador, muitos na linha de frente; e o exercício do cuidado doméstico; questões que serviram de base para as discussões aqui postas.

O cenário nacional na pós-graduação no início do ensino remoto emergencial: reflexões da perspectiva discente

O início da pandemia do coronavírus no Brasil foi marcado por insegurança e incertezas. Com a propagação rápida do vírus após os primeiros contágios, ao final de fevereiro de 2020, o distanciamento social se mostrou necessário em um curto espaço de tempo, já na segunda quinzena de março do mesmo ano. O que se estimava, inicialmente, ser um distanciamento social de quinze dias se estendeu pelo crescimento sistemático do número de casos e de mortes. Ao final de junho de 2020, final do primeiro semestre, o Brasil já registrava 1.402.041 casos e 59.594 mortes.

Ainda que os números só tenham crescido, as universidades passaram a sofrer forte pressão para retomada das suas atividades, tanto de graduação quanto de pós-graduação. Os programas de pós-graduação na área do Serviço Social, que demarcaram posição ao longo dos primeiros meses contrário ao ensino remoto emergencial (ERE), passaram a tal instabilidade e pressão externa que se tornou premente a organização de um modelo de ensino remoto em caráter emergencial, ainda que abarcando apenas parte das atividades.

Desta forma, agosto de 2020 trouxe a discussão, para as universidades e os programas de pós-graduação, do modelo de ERE a ser adotado e de quais as necessidades objetivas das/os estudantes precisavam ser consideradas para o planejamento das possíveis ações.

É importante destacar que o Serviço Social enquanto categoria profissional é contrário a modalidade de ensino a distância para a graduação, já tendo desenvolvido diversas discussões e organizado materiais e estudos sobre a incompatibilidade desta modalidade de ensino com a formação ética e que atenda as diretrizes curriculares.

Ainda é necessário lembrar que a entidade acadêmico-científica da categoria, a ABEPSS, demarcou sua posição sobre o ensino remoto emergencial por meio do documento *Trabalho e Ensino Remoto Emergencial*, publicada em 23 de junho de 2020, onde aponta que o ensino e o trabalho em condições remotas “não podem se dar à revelia de um debate que seja construído de maneira coletiva e responsável pelas comunidades acadêmicas e coletivos profissionais, de maneira a atropelar normas e regulamentações já estabelecidas” para a formação e o exercício profissional.

Feitas tais ponderações, o objetivo da representação discente de pós-graduação da ABEPSS ao realizar o levantamento era prover um breve cadastro para futuros contatos e consultas aos representantes discentes dos programas de pós-graduação, além de produzir dados para subsidiar o debate e as lutas

relacionadas ao ensino remoto. Os dados levantados foram divididos por regional da ABEPSS para análise pela representação discente de pós-graduação de cada uma delas.

Quanto ao relatório nacional, alguns dados já podem ser apresentados para compreensão de qual era o cenário posto em agosto de 2020. Discentes das seis regionais da ABEPSS responderam ao questionário, sendo discentes de mestrado, doutorado e residência. Em 85% dos casos os discentes apontaram mudanças no calendário dos programas e 61% afirmaram ter participado da discussão destas alterações. Um número significativo de respostas, no entanto, apontavam para a incerteza de como as atividades do ERE seriam desenvolvidas, já que 43% declararam ter dúvidas nesse sentido.

Quanto aos acessos necessários para garantir a participação qualitativa dos/as discentes, algumas questões estruturais são apontadas pelas respostas. Do total, 23% indicavam não ter acesso, até aquele momento, às tecnologias necessárias para uma boa participação nas atividades e 45% não tinham acesso ao material bibliográfico necessário, situação agravada pelo necessário fechamento das bibliotecas das universidades.

No tocante a questões como o agravamento do adoecimento e do aprofundamento das pautas discentes, é necessária uma discussão mais aprofundada, que será feita oportunamente.

Quanto ao processo de ensino-aprendizagem vale destacar: o cansaço provocado pela intensificação de horas na frente de uma tela; apreensão do conteúdo prejudicada; a interatividade que é mais difícil em uma modalidade remota; dificuldade de continuidade da escrita das dissertações e teses (seja por situações de adoecimentos, dificuldade para realizar a pesquisa de campo, acesso às bibliotecas, as orientações que passam a ter outra dinâmica nesse formato); reflexão crítica das/os discentes que responderam em relação ao ensino remoto, destacando que a retomada das aulas presenciais precisa ocorrer de forma segura para todos/as.

O levantamento também aponta para questões sociais, de saúde e psicológicas, tais como o adoecimento geral, ansiedade, alguns sinalizam ter conhecimento de desistência entre os discentes. Também indicam a ausência quase total de suporte das instituições em termos de assistência estudantil à pós-graduação e a saúde mental de seus discentes, embora algumas instituições disponibilizaram editais para possibilitar acesso à internet, computadores, ajudas de custo, dentre outros, tais iniciativas se mostraram insuficientes para suprir mesmo as necessidades emergenciais.

Todo esse cenário é potencializado por um contexto de constantes cortes de bolsas, pela ausência de políticas governamentais gerais de permanência na pós-graduação, um cenário de incertezas, que muitas vezes têm impossibilitado que as/os discentes comemorem as aprovações em processos de ingresso

em mestrado e doutorado, pela incerteza da possibilidade de permanecer.

A representação discente de pós-graduação da ABEPSS: contribuições para o enfrentamento do ensino remoto emergencial na pós-graduação

É atribuição do representante discente de pós-graduação na ABEPSS, entre outras questões, “[...] contribuir, com base nas demandas estudantis, para o alcance das finalidades da ABEPSS.” (ABEPSS, 2008, art. 25). A organização política das/os estudantes de Serviço Social é bastante consistente e com registros bem organizados em nível de graduação, como indicado por Hollanda *et al.* (2016, p. 421) ao resgatar que “[...] o Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS possui registros históricos de organização política, cujos documentos datam do ano de 1953” e já desde seu primeiro encontro, realizado em 1978, discutiram currículo e continuidade organizativa do movimento, e em 1981 os estudantes de graduação garantiram sua participação na então ABESS com a mudança de sua estrutura.

No tocante à sua organização a representação discente de pós-graduação na ABEPSS não foi até o momento fruto de estudos mais aprofundado e hoje ainda se repensa, se rearticula e avança na sua organização a cada nova gestão.

Para a categoria, o enfrentamento de todas as questões que impactam na formação profissional sempre foram construídos coletivamente, como já apontava Boschetti (2011, p. 36) sobre a reforma do ensino superior no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, era e ainda é fundamental

[...] manter e reforçar cada vez mais a unidade política das entidades – Abepss, Conjunto CFESS/Cress e Enesso – na condução da resistência ao aligeiramento e desqualificação da formação acadêmica, com suas consequências para o exercício profissional.

A perspectiva política não muda e diante do cenário de imposição do ensino remoto, a ABEPSS organizou-se e divulgou notas e documentos sobre o tema. Corroborando a posição da instituição e buscando garantir que à perspectiva estudantil fosse contemplada na elaboração de ações pelas UFAS, a representação discente de pós-graduação propôs e conduziu a realização de um levantamento sobre a condição dos programas de pós-graduação e o acesso à informação pelas/os discentes. Inicialmente o levantamento foi direcionado aos representantes discentes dos programas, e em um segundo momento ampliou-se para todos os discentes dos 36 programas na área de Serviço Social no Brasil, tendo um alcance significativo.

Considerando os limites desse artigos dar-se-á uma maior ênfase aos dados da regional Sul I da ABEPSS, que abrange as unidades de ensino do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentados no painel “Conjuntura da Pós-Graduação no Brasil e seus impactos no Serviço Social” do Seminário Regional Conjuntura e Produção do Conhecimento sobre Formação em Serviço Social na Pós-Graduação” apresentavam um cenário inicial de como as/os discentes de pós-graduação identificavam os desafios frente ao ensino remoto emergencial, que à época estava sendo iniciado. Dos seis programas da regional, quatro participaram do levantamento (UEL, UCPEL, UNIOESTE Toledo e UFRGS).

Das/os estudantes de pós-graduação desta regional que responderam ao questionário 50% das/os participantes estavam no mestrado e 50% no doutorado[iv], 75% são discentes que não ocupam nenhuma vaga de representação, 83% apontaram mudanças nos calendários dos seus programas, 71% (setenta e um por cento) indicaram ter participado da discussão desta mudança, ou seja, 29% não participaram. O que nos leva a questionar: não houve abertura? Não houve tempo? Não houve condições individuais? Porque não houve participação das/os discentes?

Ainda 87% indicaram ter conhecimento de como as atividades seriam desenvolvidas, mas aqui o relevante é que 13% ainda tinham dúvidas. Como prosseguir sem deixar ninguém para trás? Como estaremos de mãos dadas mesmo à distância?

Quanto à tecnologia, 92% têm acesso às tecnologias necessárias, mas ainda há 8% que não tem. Em tempos em que tudo se tornou virtual, como garantir acesso? E permanência? Quando discutiremos as políticas de permanência também para a pós-graduação? Do total, 87% têm acesso ao material bibliográfico, mas ainda há um significativo número de referências que não estão disponíveis online e as/os estudantes sem acesso às bibliotecas.

Quando questionamos se houve adoecimento ou desistência em decorrência deste novo cenário, o número é alarmante: 62% dos participantes indicam que sim, estamos adoecendo e, em alguns casos, desistindo e não permanecendo na pós-graduação. Este dado reforça o levantado no perfil discente, cujo relatório aponta que as/os discentes estão adoecendo na pós-graduação, sendo que no perfil se indica: 86,7% com sintomas de ansiedade; 66,5% desânimo e falta de vontade de fazer as atividades; 11,4% com pensamentos suicidas; 20% com diagnóstico de psicopatologia. Uma realidade ainda não enfrentada pelas universidades e pelos programas, já que 95,3% relatou no perfil não terem recebido nenhum tipo de apoio ou atendimento.

Ao observarmos o detalhamento das questões sobre adoecimento é importante apontar para a realidade de que inúmeros discentes de pós-graduação são trabalhadoras/es, e atuantes na política de assistência social. Não

podemos deixar de considerar que o assistente social brasileiro “[...] é majoritariamente um funcionário público, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras.” (IAMAMOTO, 2009, p. 5) e portanto atuante na linha de frente das políticas de enfrentamento à COVID-19 e a seus impactos sociais. As respostas apontam para “condições de trabalho precárias; com esgotamento mental para as atividades remotas e pesquisa” e para “o esgotamento e as dificuldades, devido à intensificação do trabalho e ao medo de exposição. Muitos estão cansados e incertos sobre o semestre e o que vão enfrentar”.

Após a apresentação destes dados iniciais da Regional Sul I, o levantamento discente continuou a ser estudado e utilizado como referência para discussões e reflexões necessárias entre as/os discentes e docentes dos diversos programas de pós-graduação em Serviço Social.

Adoecimento discente na pós-graduação: mais isolados, mais adoecidos

No tocante ao adoecimento, o levantamento questionava: adoeceu ou tem conhecimento de adoecimentos ou desistências pelo cenário colocado? 60% disseram que sim. Nesse aspecto destacam-se algumas falas colocadas pelos discentes em três aspectos principais, o que não diminui ou invalida as demais questões. O primeiro destaque é para o agravamento de um adoecimento mental que já estava posto anteriormente ao cenário pandêmico, como observamos:

Faço parte do grupo de risco e com a pandemia, o sofrimento psíquico, medo, ansiedade e quadro de estresse, que já vinha apresentando em anos anteriores, foi aguçado. Além disso, não posso sair para fazer os tratamentos clínicos que ajudavam a aliviar esse quadro.

O processo de ansiedade, que já me acompanhava anterior ao período de pandemia, nele se intensificou, aumentando a dispersão, a dificuldade de foco e concentração nas atividades acadêmicas. Além do acompanhamento de situações de saúde de familiares e mortes de pessoas próximas e queridas. Também tomei conhecimento de colegas de pós-graduação que pausaram suas pesquisas nesse período, em função de adoecimento mental e de falecimentos na família.

Alguns colegas já apresentavam quadro de adoecimento antes da pandemia (ABEPSS, 2019, grifo nosso)

O adoecimento discente (e docente) na pós-graduação vem sendo considerado relevante já há bastante tempo. As falas remetem a um adoecimento que já estava destacado, como anteriormente apontado pelo Perfil do Discente de Pós-Graduação.

Uma pesquisa desenvolvida em 2005 por Louzada e Silva Filho já indicava que “o sofrimento faz parte do processo de formação dos pesquisadores entrevistados; manifesta-se em diversos níveis de intensidade e aparece nomeado de múltiplas formas” e de forma ainda mais preocupante que “eventualmente esse sofrimento apareceu naturalizado”. O aprofundamento deste adoecimento, que pode ter se iniciado antes da pós-graduação ou durante o seu desenvolvimento, no contexto pandêmico inclui os fatores de isolamento e sobrecarga das condições de trabalho, vida e pesquisa.

O segundo ponto de destaque se dá para as condições das/os estudantes trabalhadoras/es, que além da sobrecarga de ter que conciliar as atividades laborais com os tempos exigentes da pós-graduação, ainda são incluídas/os entre as/os trabalhadoras/es da linha de frente de enfrentamento do COVID-19, principalmente nas políticas públicas de saúde e assistência social:

Em relação à minha própria saúde física e mental enquanto trabalhadora presencial da política de AS no enfrentamento à COVID, com demandas 600% maiores, condições de trabalho precárias; com esgotamento mental para as atividades remotas e pesquisa.

Alguns alunos são profissionais atuantes na política de assistência ou saúde. Relatam o esgotamento e as dificuldades, devido à intensificação do trabalho e ao medo de exposição. Muitos estão cansados e incertos sobre o semestre e o que vão enfrentar.

Observa-se impacto maior em colegas da saúde ou que permaneceram em trabalho presencial, e ainda aquelas/es que sofreram o luto de algum ente querido nesse período da pandemia que encurtou o processo de despedida das pessoas quando do falecimento. (ABEPSS, 2019, grifo nosso)

O último destaque se dá para o uso de medicamentos psiquiátricos que se iniciaram ou se ampliaram durante a pandemia. Um levantamento feito pelo Conselho Federal de Farmácia e divulgado em setembro de 2020 aponta que no período correspondente ao primeiro semestre daquele ano “[...] houve um crescimento de quase 14% nas vendas de antidepressivos e estabilizadores de humor, usados nos casos de transtornos afetivos, como depressão, distímia (neurose depressiva) e transtorno afetivo bipolar” (CRF, 2020) em comparação com o mesmo período de 2019.

Considerando também os dados divulgados pela empresa Funcional Health Tech os números já vinham crescendo, entre 2017 e 2018, “[...] o

número de pessoas com depressão aumentou 18,4% nos últimos dez anos. São 322 milhões de indivíduos, ou 4,4% da população da Terra. O Brasil engrossa essa conta com 5,8% de seus habitantes – a maior taxa do continente latino-americano” (Funcional Health Tech, 2020, online). No que se refere a ansiedade, o Brasil tem “9,3% de sua população sofrendo dessa condição”, maior número da América Latina. Trata-se, efetivamente, de um grave problema de saúde pública a ser enfrentado.

Também não se trata de um mapeamento mas em razão de conversar com diferentes pessoas percebo que algumas passaram a fazer uso de algum tipo de medicação, outras referem ansiedade e sofrimento, não pela pós em si, mas pelo contexto como um todo.

Há relatos de adoecimento mental, ansiedade, estresse, esgotamento, distúrbios de sono, uso de medicação psiquiátrica, com especial destaque para os estudantes que são trabalhadores da linha de frente (saúde e assistência social), assim como estudantes com COVID-19. Destaca-se que o isolamento social e as dúvidas quanto ao bloqueio na escrita e produção das pesquisas contribui neste contexto. Além disso os relatos de desistência por conta do corte de bolsas.(ABEPSS, 2019, grifo nosso)

Outros apontamentos não menos importantes tratam ainda dos problemas da modalidade em si (ensino remoto), do corte de bolsas e recursos, improdutividade e dificuldades sociais, econômicas e culturais.

Tenho conhecimento de colegas que estão enfrentando problemas graves nessa modalidade remota.

Várias pessoas adoecidas fisicamente e também mentalmente. Devido ao corte de bolsas, alguns ingressantes do doutorado desistiram do curso.

Inúmeros colegas relatam a dificuldade de produzir no período de Pandemia. Nesse contexto, há inúmeros relatos de sofrimento psíquico, alguns já em tratamento de saúde. Eventualmente, minha turma reúne para discussões relacionadas ao tempo presente e, quase a totalidade dos estudantes, não tem produzido nesse momento.

Adoecimento mental é uma fala recorrente nas assembleias estudantis.

Uma delas é a dinâmica do espaço doméstico que apresentam grande dificuldade de maior concentração; as condições emocionais e psicológicas em realizar atividades acadêmicas em período de pandemia.

Necessidade de revezar computadores, internet de baixa velocidade.(ABEPSS, 2019, grifo nosso)

A partir do exposto fica evidente que refletir sobre adoecimento na pós-graduação, implica entendê-lo em um contexto ampliado, mas também em refletir sobre permanecer na pós-graduação. Uma permanência que é material (assistência estudantil aos pós-graduados, para além das bolsas); mas que é também simbólica e epistêmica, ou seja, como eu me reconheço nesse lugar da pós-graduação no Brasil? Percebo-me pertencente e parte da universidade? Uma universidade que historicamente inclui, excluindo?

Uma pergunta persiste: Quais estratégias os programas têm desenvolvido para enfrentar essa realidade? Fato é, que tanto o levantamento quanto à pesquisa do perfil discente despertaram a necessidade de pautar discussões sobre o sofrimento psíquico dos/as estudantes de pós-graduação durante a vida acadêmica.

Considerações Finais – “ninguém solta a mão de ninguém”

O conteúdo expresso no levantamento desperta para a necessidade de pautar discussões sobre quem é a/o estudante que se vincula aos cursos de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, quais são os determinantes de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, que atravessam a existência desses sujeitos, implicando, certamente, nas condições sob as quais a sua formação será realizada.

Ao questionarmos os rebatimentos do ensino remoto na universidade e se houve organização discente nesse cenário, os relatos são de muita resistência, tanto das/os docentes quanto das/os discentes. Somos contrários ao ensino EAD, é a evidente posição das entidades da categoria, mas fomos empurrados para o ensino remoto nesta realidade e tentamos resistir, mas buscando atender as demandas dos programas, das/os docentes e discentes. As/Os estudantes trabalhadoras/es estão exaustos e as pesquisas e produções, por conseguinte, estagnadas. A falta de contato, de trocas, de diálogos, de socialização das ideias, o distanciamento efetivo da vida acadêmica produz impactos significativos sobre o processo de aprendizagem.

Observou-se pelos levantamentos realizados, aliada a vivência cotidiana enquanto estudantes de pós-graduação, o quanto a permanência nesses espaços tem promovido sofrimentos e adoecimentos. Ressaltamos a importância de refletir e construir estratégias que auxiliem no enfrentamento dessas situações enquanto uma demanda coletiva, pois é próprio do capitalismo individualizar o sofrimento, tratando-o no âmbito da incompetência ou fragilidade individual.

Aponta também para a já tardia tarefa de repensar o adoecimento que a pós-graduação causa aos seus sujeitos, com especial comprometimento das/os discentes que estando sobrecarregadas/os e em muitos casos desassistidas/os terminam por não permanecer. A ausência quase generalizada de ações de

assistência estudantil na pós-graduação e a inexistência de uma política de governo abrangente para este público empurra as bolsas acadêmicas, que deveriam subsidiar as pesquisas, para o lugar de única forma de permanecer de uma grande parcela das/os estudantes. É premente que enfrentemos essa pauta coletivamente.

Uma pergunta urgente: **como tensionar a construção de políticas de permanência para a pós-graduação para além da discussão das bolsas?** Precisamos reconhecer quais as condições objetivas que podem ser asseguradas aos estudantes que são mães, aos estudantes-trabalhadores. No sentido de reconhecer suas condições de vida, de trabalho, daqueles que vivem cotidianamente os impactos de uma lógica produtivista e mercadológica que perpassa o projeto de ataque à educação e que, por vezes, provoca adoecimentos.

Não podemos deixar também de pautar o racismo estrutural como uma condição de adoecimento que precisa ser enfrentado, em um país em que 55,8% da população é preta ou parda, e que 55,4% dos jovens pretos ou pardos entre 15 e 29 anos não estudam e não concluíram o ensino superior. Como a pós-graduação acolherá e abria espaços de referência e permanência anti-racistas e contribuirá para a elaboração de soluções de longo prazo?

Para nós, discentes de pós-graduação, permanecer é verbo! Contrapondo-se a perspectiva de permanência apenas como oferta de bolsas de pesquisa. Compreendemos que a defesa do ensino e da pesquisa perpassa pela construção de estratégias de permanência estudantil. Isso envolve a organização política do corpo discente, mas também incorporar determinações de gênero, raça/etnia e classe social na lógica de construção da pós-graduação.

Discutir e defender uma formação de qualidade, laica, socialmente referenciada é um ato de resistência, e precisamos resistir coletivamente como algo que faz a diferença na condição objetiva e subjetiva de discentes e docentes, evitando a culpabilização e responsabilização individual.

Entendemos que o ensino remoto, ainda que por um determinado tempo, fragiliza a nossa formação profissional e humana. Portanto, “[...] *é tempo de ocupar, são tempos de resistir. Tempos de dizer que não vamos nos calar, que vamos resistir, insistir, persistir. Para que permanecer seja verbo, seja vida, exista na vista concreta de cada discente de pós-graduação. São tempos de brotar, tempos de afeto, de nos afetar pela dor do outro [...] É tempo de coletivizar as lutas. Construir e resistir coletivamente. Tempos de não “soltar a mão de ninguém”* (ABEPSS ao Vivo, 2020, grifo nosso).

Referências

- ABEPSS. **Relatório da Pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social**. Gestão 2017-2018. “Quem é de luta, Resiste!”. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/arquivo-2-pesquisa-abepss-202004021016188712970.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- BOSCHETTI, I. Desafios e atuação da ABEPSS no contexto da “reforma” do Ensino Superior no final dos anos 1990: Gestão 1998-2000. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 27-42, jul./dez. 2011.
- CENSO DEMOGRÁFICO. **Tabela 1.1 (UF)** - Distribuição da população, por cor ou raça, com indicação do coeficiente de variação, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação. IBGE. 2018.
- Evolução dos casos de coronavírus no Brasil. *online*. **El País**, 10 out. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-07-23/evolucao-dos-casos-de-coronavirus-no-brasil.html>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- Google notícias. Disponível em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F015fr&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais – SIS**. Tabela 3.13 - Proporção de jovens de 15 a 29anos de idade que não estudam e não concluíram ensino superior por sexo, cor ou raça e cor ou raça e sexo, e sua distribuição. IBGE. Brasília. 2018.
- HOLLANDA, A. *et al.* DISCENTE EM ABEPSS: QUE BICHO É ESSE? **Temporalis**, Brasília, ano16, n.31, jan./jun.2016, p. 419-428.
- IAMAMOTO, M. Os Espaços Sócio-ocupacionais do Assistente Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEAD/UnB, 2009.
- LOUZADA, R. de C. R.; SILVA FILHO, J. F. da. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 451-461, set./dez. 2005
- AUMENTA O CONSUMO DE MEDICAMENTOS PARA TRANSTORNOS MENTAIS ENTRE JOVENS BRASILEIROS. *Funcional Health Analytics*, 07 mar. 2019. *Online*. Disponível em: <https://www.funcionalhealthanalytics.com.br/blog/consumo-medicamento-transtornos-mentais-entre-jovens>. Acesso em: 16 jan. 2020.

Venda de medicamentos psiquiátricos cresce na pandemia. **COVID19**, 10 set. 2020. Disponível em: <http://covid19.cff.org.br/venda-de-medicamentos-psi-quiatricos-cresce-na-pandemia/#:~:text=Para%20se%20ter%20uma%20ideia,52%2C1%20milh%C3%B5es%20em%202020>. Acesso em: 16 jan. 2020.